

**Parecer nº 153/98**

Data: 1998.11.25

Processo nº 365

**Requerente:** Presidente da Junta de Freguesia de Cedofeita

1. O Presidente da Junta de Freguesia da Cedofeita solicita parecer sobre a possibilidade do Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar consultar os ficheiros eleitorais no âmbito de um trabalho sobre a qualidade de vida do doente oncológico.

Esta Comissão é competente para se pronunciar sobre a aplicação da Lei de Acesso aos Documentos Administrativos – LADA (Lei nº 65/93, de 26 de Agosto) a solicitação dos órgãos da Administração, segundo o artigo 20, nº 1, alínea e).

2. A LADA é aplicável às Comissões Recenseadoras porque estas exercem funções administrativas e dispõem de poderes de autoridade atinentes à organização do recenseamento eleitoral, incluindo o poder de decisão sobre reclamações naquela matéria.

O recenseamento eleitoral é regulado pela Lei nº 69/78, de 3 de Novembro, com diversas alterações introduzidas posteriormente. Hoje tem como elemento fundamental uma base de dados (ficheiro central informatizado) criada pela Lei nº 130-A/97, de 31 de Dezembro, cujas condições de segurança, organização, manutenção e gestão são acompanhadas e fiscalizadas pela Comissão Nacional de Protecção de Dados Pessoais Informatizados (após a Lei nº 69/98, de 28 de Outubro, Comissão Nacional de Protecção de Dados).

3. As informações principais relativas ao recenseamento eleitoral, inseridas no verbete de inscrição, são as seguintes: nome, filiação, data de nascimento, naturalidade, residência, número de inscrição, número de documento de identificação e

assinatura ou impressão digital, ou justificação da sua falta. O nome e o número de inscrição integram os cadernos eleitorais.

O recenseamento eleitoral é obrigatório para os cidadãos com nacionalidade portuguesa residentes em Portugal (territórios continental e das Regiões Autónomas) – artigo 4º da Lei nº 69/78, de 3 de Novembro. A inscrição no recenseamento eleitoral é um direito e um dever, podendo ser promovida oficiosamente. Saber se um cidadão está inscrito nesta ou naquela Comissão Recenseadora ou se não se encontra inscrito em nenhuma, ou se está inscrito (em violação ao princípio da unicidade) em mais do que uma Comissão Recenseadora, é a única informação que se pode obter exclusivamente pela consulta dos elementos do recenseamento eleitoral e não por outras vias, para além do número atribuído à inscrição, ou às inscrições porventura existentes. A inscrição implica a presunção da capacidade eleitoral (artigo 8º).

O recenseamento eleitoral é público. Por isso são expostas cópias fiéis dos cadernos eleitorais «para efeito de consulta e reclamação dos interessados» (artigo 34º, nº 1 da Lei nº 69/78). Também as eliminações dos cadernos, ou seja, as alterações operadas quase a todo o tempo, são em geral publicitadas (nº 2 do mesmo artigo). Para reclamar têm legitimidade qualquer eleitor ou partido político (artigo 35º). A lei não faz idêntica restrição, ao menos explicitamente, quanto do direito de consulta aos cadernos e respectivas alterações. Qualquer pessoa pode consultar os cadernos expostos na sede da Comissão Recenseadora.

Os elementos que integram o recenseamento eleitoral podem também ser consultados, em determinadas alturas, através dos terminais existentes nos caixas bancários automáticos (ATMs/Multibanco) com a mera indicação de número do documento de identificação (Bilhete de Identidade). As informações constantes do verbete de inscrição constam do ficheiro central informatizado e, por isso, podem ser consultadas por qualquer pessoa, sem nenhuma reserva.

Por todas estas possibilidades de acesso aos dados do recenseamento, ao menos no que respeita aos elementos constantes dos cadernos eleitorais, parece serem

inúteis quaisquer outras restrições de acesso. Todavia, o acesso terá como finalidade principal a transparência e veracidade do recenseamento eleitoral permitindo, designadamente, a faculdade dos interessados reclamarem.

4. A LADA considera dados pessoais as informações sobre pessoas singulares, identificadas ou identificáveis, que contenham apreciações, juízos de valor ou sejam abrangidas pela reserva da intimidade da vida privada artigo 4º, nº 1, alínea c) .

Em diferentes pareceres esta Comissão afastou a qualificação de pessoal ao nome, à filiação, à data de nascimento e também à morada (neste último caso com algumas divergências iniciais), por serem dados que não revelam apreciações ou juízos de valor, nem integram a intimidade da vida privada, para além de terem natureza pública. O número de inscrição no recenseamento eleitoral será quase irrelevante por significar apenas a ordem de inscrição. O mesmo acontecerá com o número do documento de identificação. Quanto à assinatura ou à impressão digital têm a função de atribuir credibilidade aos dados anteriores e, embora caracterizem uma pessoa, não representam juízos de valor, ou apreciações abrangidas pela reserva da intimidade da vida privada.

Em todo o caso, o acompanhamento e fiscalização pela Comissão Nacional de Protecção de Dados das operações de constituição, organização, manutenção e gestão e das condições de segurança da base de dados nacional do recenseamento eleitoral (artigo 2º da Lei nº 130-A/97, de 31 de Dezembro) implica, certamente, a sujeição aos princípios e disposições da Lei nº 67/98, de 26 de Outubro (nova Lei da Protecção de Dados Pessoais), incluindo a limitação da possibilidade de utilização de dados para finalidades alheias ou não determinantes da recolha artigo 23º, nº 1, alínea c) . A utilização de «dados pessoais» para fins não determinantes da recolha, carece de autorização prévia da Comissão Nacional de Protecção de Dados artigo 28º, nº 1, alínea d) .

5. Nestes termos, a Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos é de parecer que não é admissível a utilização dos dados do recenseamento eleitoral

para outros fins que não os determinantes da sua recolha – salvo autorização da Comissão Nacional de Protecção de Dados. A realização de um trabalho sobre a qualidade de vida do doente oncológico não corresponde à finalidade determinante da recolha do recenseamento eleitoral.

Lisboa, 25 de Novembro de 1998.

*José Renato Gonçalves (Relator) - José Magalhães - Silva Marques - Narana Coissoró - João Figueiredo - Vasco Almeida - Francisco de Brito - Gameiro dos Santos - Branca do Amaral - João Labescat - Castro Martins (Presidente)*